

# CONSTRUIR E RECONSTRUIR NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Construction and Reconstruction  
in Medieval Urban Europe*

Amélia Aguiar Andrade  
Gonçalo Melo da Silva (eds.)





CONSTRUIR E RECONSTRUIR  
NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Construction and Reconstruction  
in Medieval Urban Europe*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 31



CONSTRUIR E RECONSTRUIR  
NA EUROPA MEDIEVAL

*Construction and Reconstruction  
in Medieval Urban Europe*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE  
GONÇALO MELO DA SILVA  
*editores*

Textos seleccionados das VII Jornadas Internacionais de Idade Média “Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, de 7 a 9 de Outubro de 2022) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 5 e 6 de Outubro de 2022).

### Arbitragem Científica:

Alicia Miguélez Cavero (Universidade Nova de Lisboa)	Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa)	José Ramón Díaz de Durana (Universidade do País Vasco)
António Camões Gouveia (Universidade Nova de Lisboa)	Leslie Brubaker (Universidade de Birmingham)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilla)	Louis Sicking (Universidade de Leiden)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria)	Lúcia Rosas (Universidade do Porto)
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)	Manuel Castiñeiras (Universidade Autônoma de Barcelona)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)	Maria Alexandra Billota (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)	Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Eduardo Aznar (Universidade de La Laguna)	Mário Barroca (Universidade do Porto)
Eduardo Carrero Santamaría (Universidade Autônoma de Barcelona)	Mário Farelo (Universidade do Minho)
Fernando Branco Correia (Universidade de Évora)	Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Francisco García Fitz (Universidade de Extremadura)	Nuno Senos (Universidade Nova de Lisboa)
Gonçalo Melo da Silva (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)	Pere Verdés Pijuan (Institución Millan y Fontanals (CSIC)
Gregoria Cavero Domínguez (Universidade de León)	Rafael Sanchez Saus (Universidad de Cádiz)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)	Rodrigo Dominguez (Universidade do Minho)
Inaki Martin Viso (Universidade de Salamanca)	Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)	Sauro Gelichi (Universidade Ca'Foscari Venezia)
Jean Passini (EHESS-Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales)	Walter Rossa (Universidade de Coimbra)
Jean-Luc Fray (Universidade de Clermont Auvergne)	Wim Blockmans (Universidade de Leiden)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)	

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Título	<b>Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval   Construction and reconstruction in Medieval Urban Europe</b>
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	<i>Vita beatae Hedwigis</i> , Ms. Ludwig XI 7 (83.MN.126), fol. 56. J. Paul Getty Museum, Los Angeles.
Coleção	Estudos 31
ISBN	978-989-53942-8-9 (IEM)   978-972-9040-24-5 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco.
Revisão	Mariana Alves Pereira, Ricardo Cordeiro
Depósito legal	506528/23
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

# Índice

Nota de Abertura.....	11
<i>António Pita</i>	

Construir, destruir e reconstruir na cidade da Europa medieval: um tema em continua renovação.....	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva</i>	

## PARTE I

### *Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros*

Construction et reconstruction au Moyen Âge: métier ou activité?.....	23
<i>Philippe Bernardi</i>	

Duarte Darmas: desenhador do rei e construtor da imagem do Portugal raiano .....	41
<i>Santiago Macías</i>	

Contrôle et confiance: la figure du peintre sur les chantiers avignonnais à la fin du Moyen Âge .....	59
<i>Camille Larraz</i>	

La figure du maître dans le milieu de la construction toulousaine au cours de la seconde moitié du XIV <sup>e</sup> siècle: l'apport de l'analyse terminologique .....	73
<i>Clément Juarez</i>	

Os mesteirais na construção no início de Quinhentos: especialização e dependências no trabalho em estaleiros régios manuelinos.....	85
<i>Arnaldo Sousa Melo, João Pontes</i>	

## PARTE II

### *Abastecimento de matérias-primas de construção*

La construcción en el reino medieval de Valencia: Formas de gestión, técnicas y sistemas de abastecimiento de un sector económico puntero .....	103
<i>Juan Vicente García Marsilla</i>	

Las balsas del Isar y su importancia para el desarrollo de la ciudad de Múnich bajomedieval. ....	135
<i>Lisa Walleit</i>	

<b>Processos construtivos e seleção de matérias-primas, na Torres Novas Medieval: séculos XII a XV .....</b>	<b>155</b>
<i>Marco Liberato, Helena Santos, Nuno Santos</i>	

### PARTE III

#### *O financiamento das obras*

<b>Financing and administering the construction of English cathedrals: a case study of Exeter and Norwich, c. 1300-1350.....</b>	<b>177</b>
<i>Marie Jäcker</i>	

<b>Financiar la catedral de Murcia: las disidencias por la gestión de las fábricas entre Orihuela y la Diócesis de Cartagena (ss. XIV-XV).....</b>	<b>193</b>
<i>María José Cañizares Gómez</i>	

<b>Uma «carga de trabalhos»: recursos e estratégias de financiamento das obras públicas na Lisboa medieval (séculos XIV-XV).....</b>	<b>209</b>
<i>Catarina Rosa</i>	

<b>«Traerá dello mucho prouecho a la dicha çibdad»: la reparación y financiación del puente de Suazo de Cádiz a finales de la Edad Media.....</b>	<b>225</b>
<i>Daniel Ríos Toledano</i>	

### PARTE IV

#### *A construção e reconstrução no espaço urbano*

<b>Tuscany's minor centers: a complex history through the archaeology of architecture.....</b>	<b>243</b>
<i>Giovanna Bianchi</i>	

<b>Las huellas materiales del poder de los linajes en la configuración del espacio urbano bajomedieval: los indicadores arqueológicos de las villas vascas .....</b>	<b>265</b>
<i>Belén Bengoetxea Rementeria</i>	

<b>A casa urbana comum no Sul de Portugal, entre o Islam e a Cristandade .....</b>	<b>285</b>
<i>Manuel Sílvio Alves Conde</i>	

### PARTE V

#### *Edifícios militares*

<b>Un chantier sous contraintes: gestion et économie de la construction de la forteresse de Salses à la veille du sac français (1503).....</b>	<b>307</b>
<i>Sandrine Victor</i>	

Détruire pour protéger: les modifications urbanistiques liées à l'édification  
des enceintes médiévales..... 319

*Philippe Jansen*

El uso de las torres albarranas como solución de refuerzo de las murallas  
en la Castilla medieval, siglos XII al XIV: las murallas de  
Talavera y Escalona ..... 337

*José Miguel Remolina Seivane*

The rebellion of Scanderbeg, the construction of Elbasan Castle and the  
Christian castle guards of Kastoria..... 361

*Nuray Ocakli*

La Porte du Croux: entretien à l'époque des ducs Valois de Bourgogne ..... 381

*Gaëtan Koenig*

## PARTE VI

### *Edifícios religiosos*

A inserção urbanística das catedrais medievais portuguesas ..... 413

*Lúisa Trindade*

The evolution of the cathedral of Siena between the 11<sup>th</sup> and 14<sup>th</sup> century:  
building sites, craftsmen, know-how..... 433

*Marie-Ange Causarano*

Construções, reconstruções e outras perceções dos edifícios nas paróquias  
de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra, à luz dos seus documentos  
necrológicos medievais ..... 453

*Maria Amélia Álvaro de Campos, Mariana Barreira, Gabriel M. Bonora*

“O Repairamento do dito Moesteiro, que estava a ponto de sse vijnr a terra”:  
Notícias sobre a construção e a reconstrução dos edifícios monásticos das  
monjas cistercienses, em Portugal (sécs. XIII-XVI)..... 475

*Luís Rêpas*

The Mosque as a learning space in 11<sup>th</sup> century al-Andalus ..... 503

*Ana Miranda*



## *Nota de Abertura*

Com o presente livro chega-se assim ao sétimo volume produzido na sequência da realização das Jornadas Internacionais de Idade Média, as quais, desde 2016, têm vindo a acontecer, ininterruptamente, graças à dedicação, ao profissionalismo e ao obstinado empenho do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

Importa, pois, desde logo reiterar o profundo reconhecimento do município de Castelo de Vide por receber este distinto privilégio de integrar este tão marcante projeto internacional de investigação e divulgação do conhecimento em torno das cidades medievais europeias.

Na verdade, olhando para o caminho percorrido ao longo dos últimos oito anos, e revisitando todos os livros já publicados, os múltiplos temas abordados e a qualidade dos investigadores participantes, é de todo impossível não sentir um genuíno sentimento de orgulho pela profícua parceria institucional que tanto tem contribuído para subsidiar o conhecimento da História Medieval Europeia.

Acresce ainda o facto de, para além destas Jornadas Internacionais e da Escolas de Outono que têm anualmente lugar em Castelo de Vide, a dita parceria ser reforçada com outros projetos culturais e de investigação complementares, situação que evidencia uma prática exemplar de cooperação alargada estabelecida entre uma Autarquia e uma Universidade.

Neste contexto, enalteço, por um lado, a abertura deste Estabelecimento de Ensino Superior (sediado na capital) ao exterior através da construção de pontes culturais e de conhecimento a territórios periféricos, felicito todos os professores intervenientes nestes processos verdadeiramente descentralizadores exortando-os para que prossigam e repliquem esta salutar prática de coesão territorial.

Por outro lado, quero igualmente reafirmar a perspetiva da instituição anfitriã que releva a firme convicção de que os custos de investimento intrínsecos à organização destes Encontros justificam-se pela certeza de que as experiências partilhadas, a proximidade dos “produtores de conhecimento” e da Universidade ao território à história local é uma relação absolutamente essencial para a produção de

conteúdos informativos e interpretativos validados cientificamente, e com os quais se poderá então partir para a construção de novas narrativas e de novas abordagens determinantes para a valorização da História do Lugar.

E porque tudo o atrás mencionado sai sempre reforçado quando se materializa em forma de livro, na medida em que permitirá ampliar o conhecimento no tempo e por múltiplos públicos, congratulo-me com mais esta edição que o ano 2022 dedicou a “Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval” e aguardo com enorme expectativa que “As Religiões na Europa Urbana Medieval” debatidas no corrente ano possam igualmente vir à luz do dia.

Muitos parabéns a todos, especialmente aos obreiros deste extraordinário projeto científico; e que sejam sempre bem-vindos a Castelo de Vide.

*António Pita*

*Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide*

# *Construir, destruir e reconstruir na cidade da Europa medieval: um tema em contínua renovação*

*Amélia Aguiar Andrade<sup>1</sup>  
Gonçalo Melo da Silva<sup>2</sup>*

Em outubro de 2022, o Instituto de Estudos Medievais e a Câmara Municipal de Castelo de Vide, dando continuidade à frutuosa parceria que estabeleceram em 2015, promoveram a VII edição das *Jornadas Internacionais de Idade Média* em torno do tema *Construção e reconstrução na Europa urbana medieval*. As *Jornadas* foram precedidas pela *VI Escola de Outono em Estudos Medievais* para mestrandos e doutorandos que permitiu, uma vez mais, desenvolver uma atividade formativa fecunda, tendo os alunos usufruído de três importantes momentos para o seu desenvolvimento como investigadores. Antes de mais, as lições de especialistas de elevado mérito e experiência que glosaram temas diversos com os quais não apenas lhes foi transmitido conhecimento, mas também sugeridas novas problemáticas e metodologias. Os animados debates que se lhe seguiram abriram pistas de reflexão, suscitaram interrogações, proporcionando uma profícua troca de ideias entre investigadores em fases distintas do seu percurso. E, por fim, a apresentação dos temas que os estudantes estão a desenvolver nas suas dissertações e teses, em formato de poster comentado oralmente, permitiu-lhes recolher o escrutínio dos professores presentes na *Escola*, contribuindo para a melhoria dos seus projetos e da sua capacidade de os apresentar e discutir em público. Uma *Escola* que se desenvolve sempre em ambiente de grande proximidade e informalidade sem que a qualidade e a exigência deixem de estar presentes, até mesmo nas conversas que tiveram lugar nas pausas para café no Jardim ou, nos almoços comuns no Centro Municipal de Cultura.

As *Jornadas Internacionais de Idade Média* propuseram aos investigadores uma temática que se pretendia que tivesse um espaço de observação centrado na Europa cristã e islâmica, associando-o a um leque muito alargado e diversificado de subtemas que pudesse suscitar a participação de investigadores provenientes de áreas científicas diversas como a História, a Arqueologia, a História da Arte, a Literatura ou

---

<sup>1</sup> NOVA FCSH; IEM – NOVA FCSH.

<sup>2</sup> IEM – NOVA FCSH.

do Direito capazes de garantirem uma perspetiva pluridisciplinar sobre a construção e a reconstrução em contextos urbanos medievais e, uma reflexão sobre as problemáticas e metodologias mais frutuosas para o seu estudo. A panóplia de linhas temáticas sugeridas pretendia assegurar a apresentação de resultados de investigação sobre o edificado e seus ritmos de construção/destruição/reconstrução, os protagonistas da atividade construtiva, os financiadores e seus objetivos, o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de construção, o simbolismo que adquire o edificado no tecido urbano e a conseqüente valorização da sua qualidade construtiva pela sociedade cidadina e/ou pelos poderes e ainda, sobre as representações disponíveis para os edifícios ou os conjuntos urbanos e sua valorização para a análise dos fenómenos construtivos medievais.

A resposta ao repto lançado pelos organizadores permitiu congregar vinte e cinco textos de trinta investigadores oriundos de Portugal, Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Turquia, que integram a obra que agora aqui se apresenta a todos quantos se interessam pela cidade medieval. Partindo das curtas apresentações que o formato das *Jornadas* permite, beneficiaram dos comentários e achegas dos estimulantes debates que as diferentes sessões proporcionaram e ainda, dos contributos valorativos dos avaliadores responsáveis pela sua leitura crítica, num processo de dupla avaliação por pares que se aplica desde a primeira edição aos resultados das *Jornadas Internacionais de Idade Média*.

Tal como vem sendo habitual, a Península Ibérica – através dos seus reinos de Portugal, Castela e Aragão – está muito presente nesta obra. Outros estudos, ao centrarem a sua observação em Itália, na Alemanha, nos Balcãs e em Inglaterra, contribuem, sem dúvida, para uma perspetiva comparativa geograficamente mais alargada de alguns dos temas presentes nas diferentes sessões das *Jornadas*.

Registe-se com agrado a substancial presença de investigadores franceses no que é, sem dúvida, o corolário da dinâmica ampla, profunda e diversificada que a temática da construção adquiriu na medievística francesa em tempos mais recentes e que a tornam uma referência em contexto europeu, permitindo assim que este espaço de observação, central na Europa cristã, esteja presente em muitas das temáticas desta obra, quer através de investigadores consagrados quer de jovens em início de carreira.

Sem surpresa, porque os participantes nas *Jornadas* foram, na sua maioria, historiadores, a cronologia dominante da maioria dos trabalhos aqui reunidos centra-se no período final da Idade Média e, alguns mesmo, englobam ou centram-se nos inícios do século XVI. Uma constatação que, em parte, pode ser explicada por um maior volume e detalhe da documentação disponível, nomeadamente os registos contabilísticos, uma tipologia de fonte muito significativa para o estudo de temas como a mão de obra, os encomendadores, os materiais de construção e os utensílios e ainda capaz de revelar os ritmos e tempos das intervenções construtivas.

A diversidade dos âmbitos espaciais presentes permite também ao leitor refletir sobre tipologias documentais associadas à construção urbana, sobre a qualidade da informação registada e ainda, sobre as vicissitudes da sua conservação, estas últimas tão significativas para regiões ibéricas como é o caso de Portugal, onde as perdas de documentação de produção concelhia e notarial são limitadoras do escopo das investigações desenvolvidas e a desenvolver.

A obra agora disponibilizada ao público, organiza-se em seis secções – ***Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros; Abastecimento de matérias-primas de construção; O financiamento das obras; A construção e reconstrução no espaço urbano; Edifícios militares; Edifícios religiosos*** – que procuraram organizar os textos de forma coerente, numa estrutura que constitui uma proposta que pretende ainda ter presente a complexidade de algumas temáticas, o cruzamento de tipologias documentais diversificadas e, simultaneamente, valorizar as distintas metodologias e perspetivas de investigação desenvolvidas pelos autores. As três primeiras glosam os elementos estruturantes da construção medieval: a mão de obra, as matérias-primas e o financiamento. Enquanto a quarta secção permite uma reflexão sobre as vicissitudes dos ritmos e da dinâmica construção/reconstrução tão presentes na Idade Média, as duas últimas centram-se nas tipologias de edificado de maior impacto visual e simbólico na urbe medieval: os edifícios militares e os edifícios religiosos.

Na primeira secção, intitulada ***Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros***, agrupam-se os textos que, tomando como espaço de observação as cidades portuguesas e francesas nos séculos XIII a XVI, analisam e refletem sobre o perfil de quantos estavam ligados à atividade construtiva, como desenhadores, pintores, pedreiros, carpinteiros e outra mão-de-obra não especializada. Neste apartado os textos dos conferencistas convidados são especialmente incisivos para o enquadramento da temática e pelas sugestões de reflexão. Philippe Bernardi, no seu artigo *Construction et reconstruction au Moyen Âge: métier ou activité?*, reflete sobre a tensão entre as classificações historiográficas das diferentes categorias profissionais e os conceitos considerados pelos fautores dos registos documentais e pelos próprios profissionais, uma vez que a pluriatividade estava muito disseminada no mundo do trabalho medieval, gerando dinâmicas laborais muito variadas ao longo do tempo. Santiago Macías, por seu lado, em *Duarte Darmas: desenhador do rei e construtor da imagem do Portugal raiano*, retoma com um novo olhar uma fonte muito reproduzida – o *Livro das Fortaleza de Duarte de Armas* – propondo uma análise diacrónica que permite não só melhor interpretar as opções que Duarte de Armas seguiu na elaboração do seus desenhos mas também, guiar-nos na compreensão dos sistemas de representação utilizados e na descoberta, nas paisagens que hoje estão disponíveis, os elementos que entretanto as vicissitudes do tempo e dos homens destruíram ou alteraram significativamente, tendo como espaço de observação a raia alentejana.

O apartado *Abastecimento de matérias-primas de construção* integra três artigos que equacionam as questões ligadas às técnicas construtivas, ao transporte terrestre e/ou fluvial de matérias-primas utilizadas na construção como a madeira e a pedra, focando geografias distintas, desde Portugal ao Império, passando pelo reino de Valência. Entre os textos, destaca-se o de Juan Vicente Garcia Marsilla sobre o sector construtivo no reino de Valência nos finais da Idade Média. Partindo, em grande parte, da análise cruzada entre os edifícios mais importantes erigidos e as fontes contabilísticas conservadas, estuda as instituições promotoras das obras e os seus métodos de gestão, a mão-de-obra empregue e o seu saber técnico e níveis de especialização, sem esquecer as estratégias de abastecimento de matérias-primas. Estes elementos permitiram-lhe colocar em evidência, entre outros aspetos, o papel de uma cidade com a escala de Valência na organização de um sector económico de um reino e no desenvolvimento e controlo do artesanato em áreas rurais e nos salários praticados.

A secção denominada *O financiamento das obras* centra-se na análise da recolha e gestão dos recursos necessários para custear as despesas ligadas às operações de construção/reconstrução. Os autores centraram as suas reflexões sobre urbes inglesas e principalmente, sobre as ibéricas dos séculos XIV e XV, incidindo sobre construções de maior envergadura, tais como edifícios religiosos, pontes e outros equipamentos urbanos. As problemáticas abordadas contribuem para esclarecer questões como a aquisição de matérias-primas, o pagamento de salários, os processos de gestão e contabilidade aplicados, as relações de rivalidade e/ou cooperação entre diferentes poderes, como a Coroa, as instituições eclesiásticas e os concelhos, geralmente os mais frequentes promotores deste tipo de intervenções construtivas.

O quarto apartado intitulado *A construção e reconstrução no espaço urbano* reúne três estudos sobre a influência e a marca do edificado no desenho e evolução da paisagem citadina dos séculos XII a XV. Os autores concentraram o seu olhar em urbes e contextos do Sul europeu, desde Portugal à Toscana, passando pelo reino de Castela, focando-se, entre outros elementos, na habitação corrente, nas técnicas e materiais empregues e a sua transição entre contextos socioculturais distintos, como do Islão para a Cristandade. O texto de Giovanna Bianchi – *Tuscany's minor centers: a complex history through the archaeology of architecture* –, materializando uma já longa experiência da autora na área da Arqueologia da Arquitetura, revela-se especialmente sugestivo. Aí se colocam em evidência as potencialidades deste campo no estudo de núcleos urbanos medievais de pequena dimensão, menos documentados através dos registos escritos e detentores de certa importância a nível regional nos séculos XII e XIII. O texto permite reconstruir as sequências de ocupação em algumas localidades da região toscana de Maremma, os ciclos construtivos, as tipologias do edificado e a sua relação com os contextos históricos e estratégias de afirmação político-social de nobres, municípios e comunidades rurais.

A quinta secção, organiza-se em torno da temática dos *Edifícios militares*, reunindo os estudos sobre o ato de construir, destruir e reconstruir muralhas, castelos e fortalezas. Partindo dos exemplos localizados nos Balcãs e uma vez mais, do contexto francês, exploram-se entre outras perspectivas, a natureza dos promotores das obras, a organização do trabalho e o funcionamento do estaleiro construtivo e ainda a gestão dos recursos financeiros. Os textos aqui reunidos tiveram ainda em linha de conta aspetos como a relação dos habitantes do espaço urbano e as muralhas, nomeadamente a construção e destruição de edifícios situados próximo das cercas, e os perigos trazidos pela natureza, como os efeitos de cheias no desgaste das estruturas defensivas edificadas.

Encerra o volume a secção *Edifícios religiosos* que congrega os textos que versam sobre essas construções, tão frequentes e tão marcantes na paisagem urbana medieval. Tendo como espaço de observação predominante a Europa do Sul e uma cronologia que se estende entre os finais da Idade Média e o dealbar do século XVI, os estudos aqui reunidos exploram as distintas tipologias de espaços de culto cristão – como as sés, as igrejas paroquiais e os mosteiros – e, apenas num caso, uma mesquita. Os investigadores desenvolveram problemáticas relacionadas com a escolha do local para construir os templos religiosos e os outros edifícios que lhe podiam estar associados, refletindo ainda sobre a capacidade que estas construções adquiriram, pela sua monumentalidade e especificidade de funções, de funcionarem como pólos de atração e ordenação da ocupação humana em contextos urbanos. Glosam-se ainda temas como a maior ou menor experiência dos profissionais mais qualificados presentes nestes estaleiros construtivos e chamando-se a atenção para a importância dos legados pios que se instituíam a fim de garantir a manutenção e/ou reparação dos edifícios religiosos.

Uma vez organizado um volume com os textos que resultaram das *Jornadas Construir e reconstruir na Europa Urbana medieval*, os editores não podem deixar de sentir um misto de satisfação e de insatisfação. Satisfação pela qualidade e pertinência dos textos reunidos e pela certeza que vão constituir não apenas uma fonte de conhecimento, mas também um elemento suscitador de novas reflexões, sobretudo em questões como o âmbito de conceitos historiográficos que o estudo desta temática tem vindo a utilizar – mercado de trabalho, obra pública, ou as designações profissionais tão correntes como pedreiro, por exemplo – ou, a diversidade ou sintonia do léxico que a documentação decorrente das distintas línguas europeias e/ou em latim aplica a realidades associadas à atividade construtiva.

A insatisfação, por seu lado, resulta da constatação de que outros temas, outras cronologias, outros espaços podiam também ter estado presentes pois são tanto quanto estes, fundamentais para uma apreensão mais global e conectada da temática da construção/reconstrução na cidade medieval. Tal resultou por certo da

disponibilidade dos investigadores para responderem ao apelo de comunicações, mas também das orientações de investigação seguidas nas distintas historiografias europeias e nas conjunturas específicas das suas dinâmicas de trabalho.

Se a ausência da Escandinávia e a pouca relevância da Europa de Leste são já habituais e sempre lamentadas nestas *Jornadas*, no caso desta temática seria esperável que espaços não europeus associados às monarquias hispânicas a partir do século XV – África magrebina, costa ocidental africana e as ilhas atlânticas – estivessem presentes, pois a instalação dos poderes ibéricos foi acompanhada de decisivas e impressionantes marcas construtivas de grande valor material e simbólico.

Uma maior presença de estudos resultantes da investigação arqueológica teria trazido a estas *Jornadas* e conseqüentemente a esta obra não só a possibilidade de uma exploração de cronologias mais recuadas para as quais escasseiam as fontes escritas, mas também uma análise mais aprofundada sobre a aplicação das técnicas construtivas ou da (re)utilização de materiais que poderiam ampliar as conclusões disponibilizadas pela análise da documentação escrita. A História da Arte teria constituído um contributo inestimável para a reflexão sobre a construção de prestígio, a circulação de mestres e artífices ou, sobre as preocupações e objetivos das entidades e/ou indivíduos que a promoviam.

Num tema como a construção/reconstrução em que técnicas e os materiais construtivos adquirem grande protagonismo teria sido importante vizinhar com alguns outros ramos do saber mais afastados das Humanidades como a Geologia, a Botânica, ou os estudos de Ambiente, pois estes poderiam ajudar a compreender melhor a origem e natureza dos materiais utilizados, o impacto da sua extração/exploração sobre o ambiente, nomeadamente sobre a floresta e sobre as zonas mais próximas das cidades medievais.

\* \* \*

Os editores pretendem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que têm vindo a contribuir para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação deste volume – uma referência para todos quantos investigam, estudam ou se interessam pela Idade Média e pela cidade medieval em particular. Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016 tem apoiado estas iniciativas demonstrando assim como a cultura pode ser um elemento fundamental na afirmação de uma comunidade tornando-a protagonista na produção de conhecimento que, partindo da cidade medieval permite entender melhor os centros históricos de origem

medieva dos centros urbanos portugueses e, sustentar de forma mais fundamentada, as importantes decisões que sobre eles urge implementar.

Através da Dr.<sup>a</sup> Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que ao longo deste percurso de vários anos nos têm acompanhado, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao Instituto de Estudos Medievais, através das suas antigas e atual Diretoras, respetivamente, as Professoras Doutora Maria de Lurdes Rosa e Doutora Catarina Tente, agradecemos todo o apoio material, cada vez mais volumoso, à realização da *Escola de Outono* e das *Jornadas*.

O Marcel Paiva Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação dos distintos eventos da *Semana Medieval*, bem como a conceção gráfica e paginação deste livro. A Mariana Pereira tem a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. O Ricardo Cordeiro é sempre uma presença atenta e eficaz durante o desenvolvimento da edição desta obra, bem como em todas as tarefas que a complexa logística destas atividades exige. A esta equipa sempre disponível e eficiente, o nosso obrigada.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, pela simpatia no seu acolhimento a todos os participantes que não esmorece em cada ano que passa, o nosso Bem Hajam!



# Construções, reconstruções e outras perceções dos edifícios nas paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra, à luz dos seus documentos necrológicos medievais\*

*Maria Amélia Álvaro de Campos*<sup>1</sup>

*Mariana Barreira*<sup>2</sup>

*Gabriel M. Bonora*

## Resumo

Neste texto, apresentamos um exercício de investigação que partiu da análise de duas fontes necrológicas específicas – o Calendário Obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra e o Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra – para extrair todos os dados sobre os elementos materiais e as construções, presentes nas respetivas igrejas e paróquias. Mais do que ser um contributo para a caracterização da paisagem edificada dos arrabaldes de Coimbra na Idade Média, este trabalho visa evidenciar a multiplicidade de dados presentes nestes documentos, que serviam a administração do quotidiano religioso, e as suas potencialidades na compreensão dos elementos materiais destes espaços paroquiais, numa cronologia de longa duração.

## Palabras-chave

Paróquia medieval; Obituários; Livros de aniversários; Monumentos fúnebres; Paisagem edificada.

---

\* Este trabalho foi financiado por fundos nacionais (PIDDAC), através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (I.P./MCTES), através do projeto de investigação exploratório COMMEMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval (EXPL/HARHIS/0532/2021), sediado no Centro de História da Sociedade e da Cultura (UIDB/00311/2020 e UIDP/00311/2020).

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura; FCT, DL57/2016/CP1370/CT0068; ORCID, 0000-0002-3131-7356.

<sup>2</sup> Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura; FCT, Bolseira de Investigação no âmbito do projeto de investigação exploratório COMMEMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval (EXPL/HARHIS/0532/2021); ORCID, 0000-0003-3470-8800.

## Constructions, reconstructions, and other perceptions of the buildings in the parishes of São Bartolomeu and Santiago of Coimbra, through the analysis of their medieval necrological documents.

### Abstract

In this text, we present a research exercise that departed from the analysis of two specific necrological sources – the Obituary Calendar of the Collegiate of São Bartolomeu of Coimbra and the Anniversary Book of the Collegiate of Santiago of Coimbra – to extract all the data on the material elements and constructions existent in both churches and parishes. More than being a contribution to the characterization of the built landscape on the outskirts of Coimbra in the Middle Ages, this work aims to highlight the multiplicity of data contained in these documents, which served the administration of religious daily life, and their potential in understanding the material elements of parochial spaces, in a long-term chronology.

### Keywords

Medieval parish; Obituaries; Anniversary books; Burial monuments; Constructed landscape.

### Introdução

As cidades são organismos vivos e, por isso, a apreensão das suas formas passadas pelos historiadores é uma tarefa tão difícil quanto desafiante. Até aos dias de hoje, a compreensão da malha urbana medieval tem sido um trabalho verdadeiramente inter e multidisciplinar<sup>3</sup>, congregando abordagens da História da Arte<sup>4</sup>, da Arquitetura<sup>5</sup>, da Arqueologia<sup>6</sup> ou da Geografia<sup>7</sup>, uma vez que a reconstrução e a projeção da cidade

<sup>3</sup> Veja-se o que sobre isto nos dizem RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. *Medievalista* 12 (2012), pp. 3-37, p. 4; sobre a abordagem ao estudo da paisagem medieval, é especialmente enriquecedor o artigo ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Fuentes de información para el estudio de los espacios urbanos”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; PRATA, Sara; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: IEM; Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 79-101.

<sup>4</sup> Veja-se a obra de TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, ROSSA, Walter – *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002.

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

<sup>7</sup> Destacamos a extensa obra de Orlando Ribeiro e dos seus discípulos como Jorge Gaspar. Ver RIBEIRO,

medieval requerem o cruzamento de diferentes saberes, metodologias e fontes de informação (arqueológicas, escritas, cartográficas, iconográficas).

Em Portugal, o estudo dos núcleos urbanos foi impulsionado a partir de 1980, por A. H. de Oliveira Marques<sup>8</sup>, no seguimento dos importantes desenvolvimentos da historiografia do centro da Europa, que, entretanto, se vinham conhecendo<sup>9</sup>. Sob a sua direção, a direção dos seus discípulos e de outros especialistas que também se dedicaram ao tema, foi publicado um número considerável de monografias aplicadas ao estudo de cidades e vilas medievais portuguesas, nas últimas décadas<sup>10</sup>. Se a estas obras juntarmos investigações mais amplas sobre a história e a análise urbana da cidade medieval<sup>11</sup> e os estudos sobre a habitação medieval<sup>12</sup>, as instituições

---

Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945; GASPAR, Jorge – “A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média”. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia* 8 (1969), pp. 198-215.

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, MARQUES, A. H. de Oliveira – “Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)”. In MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, pp. 43-67; MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas: (séculos XII a XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.

<sup>9</sup> Veja-se o que sobre isto nos dizem TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter – “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús (eds.) – *El espacio urbano en la Europa medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 191-207, especialmente p. 192; e ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da – “Medieval Portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”. In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

<sup>10</sup> Na impossibilidade de as citarmos todas, deixamos alguns exemplos, organizados por ordem cronológica de publicação: VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Abrantes Medieval: séculos XIV e XV*. Abrantes: Câmara Municipal, 1988; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Horizonte, 1990; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro medieval*. Aveiro: Câmara Municipal, 1991; GOMES, Saúl António – “A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria Medieval”. In *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Atas II. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 81-112; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: FCG; JNICT, 1995; BEIRANTE, Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG; JNICT, 1996; VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa: Santarém 1147-1350*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007; BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval: o caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: CITCEM; ICS, 2010.

<sup>11</sup> Obras como, COELHO, Maria Helena da Cruz – “A cidade na Baixa Idade Média: uma sociedade e um centro”. In *As cidades na História: Sociedade, II Congresso Histórico Internacional*, Vol. IV. Guimarães: Câmara Municipal, 2019, p. 145-162; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Lisboa: CITCEM, 2012, pp. 145-171; ROSSA, Walter – *Desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito*. Coimbra: FCTUC, 2013. Relatório da unidade curricular apresentado para provas de agregação.

<sup>12</sup> Sobre a casa medieval portuguesa, ver TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002, bem como o capítulo “A casa” em MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 89-113; CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”. *Arqueologia Medieval* 5 (1997), pp. 243-265; CONDE, Manuel Sílvio Alves – “A casa”. In MATTOSO, José (dir.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) – *História da vida privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 54-77.

eclesiásticas<sup>13</sup> ou a assistência<sup>14</sup>, podemos considerar que o conhecimento global da cidade medieval portuguesa é hoje bastante sólido e permite-nos partir para enfoques mais detalhados sobre aspetos como aquele que nos convoca a participar nesta obra – a construção.

Neste artigo, as paróquias de S. Bartolomeu e de Santiago de Coimbra serão observadas como casos de estudo para a análise da prática e da perceção da construção, a partir das fontes necrológicas que apoiavam o seu quotidiano administrativo e religioso. A abordagem que realizámos teve como ponto de partida uma questão pouco habitual: o que é que as fontes necrológicas – Obituários e Livros de Aniversários – nos dizem sobre os edifícios que compunham a cidade medieval? Para dar resposta a esta questão, estudámos o Obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra<sup>15</sup> e o Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra<sup>16</sup> e estabelecemos uma grelha de análise que segue três linhas mestras: a inserção urbana das paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra; a caracterização tipológica e de conteúdo das fontes necrológicas analisadas; a análise do contributo destas fontes para a caracterização formal de ambas as paróquias e para o estudo da construção na cidade medieval portuguesa.

A reflexão sobre a forma como as estratégias de comemoração dos mortos se tornavam visíveis na cidade medieval e como a escolha das sepulturas condicionava a organização do espaço das igrejas e das áreas urbanas circundantes teve, entre nós, os primeiros desenvolvimentos por Hermínia Vilar<sup>17</sup> e Adelaide Costa<sup>18</sup>. O estudo sobre as capelas e os panteões familiares dos monarcas portugueses<sup>19</sup>, assim como de figuras eclesiásticas e da principal fidalguia do reino trouxe testamentos e documentos

<sup>13</sup> Entre outros, veja-se, CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017; VILAR, Hermínia Vasconcelos e ROSA, Maria de Lurdes – “The Church and Religious Practices”. In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography...*, pp. 323-346.

<sup>14</sup> ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”. *Lusitania Sacra* (2009), pp. 75-124; ROCHA, Ana Rita Saraiva da – *A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2019. Tese de Doutoramento.

<sup>15</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1699-5>

<sup>16</sup> SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coimbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media”. *Ad limina: revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones* 9 (2018), pp. 185-224.

<sup>17</sup> Ver VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995, pp. 95-111.

<sup>18</sup> Ver COSTA, Adelaide Millán da – “O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média”. In MATTOSO, José (ed.) – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Sá da Costa, 1996, pp. 177-186.

<sup>19</sup> Ver GOMES, Saul António – “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII”. In *2º Congresso Histórico de Guimarães: D. Afonso Henriques e a sua época: actas*, vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal, 2002, pp. 283-295.

necrológicos à análise dos especialistas. Do mesmo modo, alguns estudos de História da Arte sobre tumulária medieval fizeram uso de fontes escritas produzidas com vista à gestão das últimas vontades dos respetivos tumulados, com ênfase na análise dos seus testamentos<sup>20</sup>. Sobre o uso desta tipologia documental, refira-se como ela tem sido importante para a aproximação ao conhecimento do interior dos templos medievais. A esse respeito, vejam-se estudos em que se propõem entendimentos da arquitetura e da topografia das sepulturas em ambiente monástico, com o auxílio dos dados extraídos de obituários<sup>21</sup> e livros de aniversários<sup>22</sup>.

Como se verá a seguir, este estudo assentará numa análise que nos permitirá por um lado observar a transformação do edificado na paróquia de São Bartolomeu de Coimbra e, por outro, identificar as estruturas que povoavam o interior da igreja de Santiago. A diferença de teor entre ambas as partes é justificada pela tipologia das informações que os dois documentos necrológicos contêm, o que também será objeto de reflexão ao longo do estudo e na sua conclusão.

## 1. Inserção urbana das paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra.

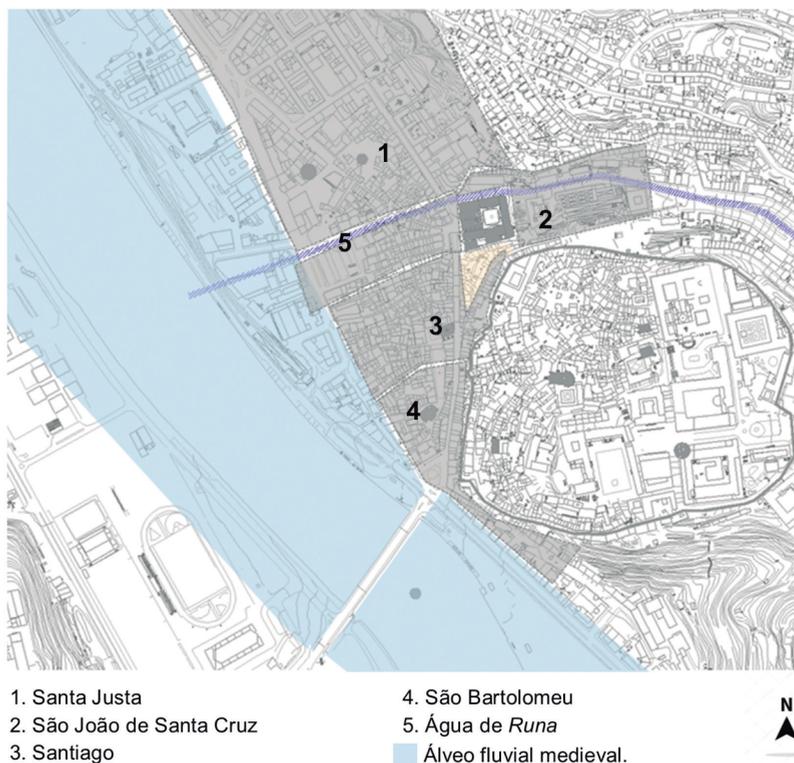
Tal como outras cidades medievais portuguesas, Coimbra apresenta um núcleo urbano original onde assume particular importância a dicotomia entre o anel muralhado com as suas portas, que cingia o polo central intramuros de grande elevação, e o arrabalde, localizado extramuros, na margem direita do rio. Neste segundo espaço, sem a condicionante material da cerca, a partir do século XII, assiste-se a uma importante vitalização construtiva e ao aumento do espaço edificado<sup>23</sup>. Os arrabaldes da cidade estruturaram-se, então, no seguimento do traçado da antiga via romana que ligava *Olissipo* a *Bracara Augusta* e organizaram-se em quatro paróquias (**Fig. 1**):

<sup>20</sup> Entre outros, ver FERNANDES, Carla Varela – *Poder e representação: iconologia da família real portuguesa: primeira dinastia, séculos XII a XIV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004, pp. 289-376. MELO, Joana Ramôa – “Poder gravado na pedra: túmulos de rainhas e nobres do Portugal medieval”. *Arenal. Revista de historia de las mujeres* 25, n.º 2 (2018), pp. 323-356. <https://doi.org/10.30827/arenal.v25i2.7638>

<sup>21</sup> Ver GOMES, Saul António e GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les Dominicains au Portugal du XIII<sup>e</sup> à la fin du XV<sup>e</sup> siècle. Éléments de synthèse sur leur histoire et leur architecture”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Nouvelle série, n.º 52-2 (2022) <https://doi.org/10.4000/mcv.17674>

<sup>22</sup> Ver ÁLVAREZ-BUSTO, Alejandro García – “La topografía funeraria del monasterio de Corias en la época medieval a partir de la arqueología y las fuentes escritas”. *Territorio, Sociedad y Poder*, n.º 7 (2012). <https://reunido.uniovi.es/index.php/TSP/article/view/10103>

<sup>23</sup> Tal crescimento verifica-se poucas décadas depois da última conquista cristã de Coimbra (1064), ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem...*, pp. 11-19; e ROSSA, Walter – *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: FCTUC, 2001. Tese de Doutoramento, pp. 57-61. Note-se que noutras cidades portuguesas mais a Sul, o desenvolvimento dos subúrbios foi mais tardio, na sequência do crescimento demográfico e económico registado a partir de meados do século XII e da estabilização militar posterior à conquista do Algarve, em 1249, que levaram à sobrepopulação do núcleo muralhado e à estruturação de novos bairros periféricos, ver RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (eds.) – *Evolução da Paisagem urbana: Cidade e Periferia*. Braga: CITCEM, 2014, pp. 79-116, p. 80.



**Fig. 1** – Esquema cartográfico com uma proposta de delimitação das paróquias do arrabalde de Coimbra (originalmente publicado em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “A divisão paroquial e outros elementos do mapa eclesiástico de Coimbra no tempo dos Mártires de Marrocos”. In *Mártires de Marrocos nos 800 anos do seu martírio: história, espiritualidade e materialidade*. Coimbra: Igreja de Santa Cruz de Coimbra, 2021, p. 94).

S. Bartolomeu<sup>24</sup>, Santiago<sup>25</sup>, S. João do Mosteiro de Santa Cruz<sup>26</sup> e Santa Justa<sup>27</sup>. Estas quatro instituições eclesíásticas do arrabalde coimbrão foram alvo de estudos que enriqueceram o nosso conhecimento de como se estruturavam e se estabeleciam no meio urbano. Além disso, no campo da história económico-social estes estudos têm demonstrado grande utilidade para a caracterização social, sem esquecer os

<sup>24</sup> Ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la Edad Media: paisaje, sociedad y relación con el río de un área urbana (siglos XII-XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 51, nº 2 (2021), pp. 601-628. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/aem.2021.51.2.04>

<sup>25</sup> GOMES, Saul António – “Coimbra e Santiago de Compostela: aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievais”. *Revista Portuguesa de História* XXXIV (2000), pp. 453-490.

<sup>26</sup> GOMES, Saul António – *In Limine Conscriptio: documentos, chancelaria e cultura do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage, 2007.

<sup>27</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*

bairros de exclusão<sup>28</sup>. Por fim, a análise da documentação de índole económica das diferentes paróquias coimbrãs tem permitido também a compreensão da paisagem urbana medieval. A paróquia de S. Bartolomeu, circunscrita a Este pela muralha, a Norte pela paróquia de Santiago, e, finalmente a Sul e a Oeste, pelo rio Mondego, tem beneficiado de estudos realizados a partir do fundo documental da sua colegiada<sup>29</sup> e de documentos concelhios que permitiram a análise do seu urbanismo. Os últimos foram assinados por Luísa Trindade que se dedicou ao estudo da Praça e da Rua da Calçada – este que era um espaço de grande atração na cidade de Coimbra medieval<sup>30</sup>, onde se encontrava um grande foco populacional que sabemos ter sido, essencialmente, plebeu e laborioso<sup>31</sup>. Com a sua localização privilegiada para o desenvolvimento de certas atividades económicas junto ao rio, este território permitia a fixação de mesteres e equipamentos de transformação, de que destacamos a predominância da implantação de alcaçarias e lagares<sup>32</sup>.

Continuando pelo traçado da referida via romana em direção ao Norte, alcançava-se a paróquia de Santiago. Localizada em Coruche, topónimo moçárabe de tradição antiga que designava um local alto, nas proximidades da principal porta da cidade – a Porta de Almedina – a igreja de Santiago tutelava um território e uma população paroquial fixados entre essa Porta de Almedina e o rio. A Sul, confinava com a paróquia de São Bartolomeu que acabámos de apresentar, e a Norte, com a paróquia de São João de Santa Cruz. Esta última paróquia constituiu-se cerca de 1139, em resultado do cerceamento de territórios e populações paroquiais das circunscrições vizinhas, de Santiago e de Santa Justa<sup>33</sup>. A estruturar a sua paisagem urbana, destacavam-se a Este, um eixo viário que ligava a Porta de Almedina à Ponte, inicialmente designado de Rua dos Francos e depois denominado de Rua da Calçada, acima mencionada. Sensivelmente, pela mesma altura que se calçetava esta que era a mais digna rua de entrada na cidade, também se abria, numa cota inferior, a praça da cidade, que a Sul da igreja de Santiago, incorporava o seu adro.

<sup>28</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 115-130.

<sup>29</sup> GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*

<sup>30</sup> TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente...*; TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media Aetas, Paisagens Medievais I*, 1º da 2ª Série (2004), pp. 121-158. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/79519>

<sup>31</sup> O reconhecimento das profissões registamos nesta freguesia, os homens de mesteres, quer sejam alfaiates, seiros ou sapateiros, pela proximidade ao rio encontramos também barqueiros pescadores. Para saber mais ver: CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu...”, pp. 601-628; GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*

<sup>32</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu...”, pp. 601-628.

<sup>33</sup> Ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade, 2003, pp. 248-251; GOMES, Saul António – In limine conscriptionis..., pp. 105-159; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra’s parochial network: aspects of its definition in the 12<sup>th</sup> century”. In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13<sup>th</sup>-15<sup>th</sup> centuries*. Lisboa: CIDEHUS, 2016, pp. 246-58. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/1596>

Ao contrário das paróquias de São Bartolomeu e de Santa Justa, para as quais dispomos de estudos sobre as igrejas colegiadas, Santiago tem sido menos estudada e, por isso, o entendimento do seu templo e território urbano na Idade Média necessita de aprofundamentos futuros. Do ponto de vista da caracterização social, podemos destacar a relevância das atividades comerciais e a residência preferencial nesta paróquia dos mercadores de Coimbra<sup>34</sup>. O Livro de Aniversários que aqui estudaremos é muito expressivo a este respeito, uma vez que entre as categorias sociais mais representadas encontramos precisamente os mercadores, seguidos de oficiais régios e concelhios, como os tabeliães e os almoxarifes. Menos numerosos, mas também identificáveis, encontramos alguns trabalhadores braçais, como os pescadores e peixeiros, os ferreiros, os chapineiros, entre outros.

Sobre os templos paroquiais em estudo, a igreja de S. Bartolomeu é mencionada pela primeira vez, em 957<sup>35</sup>, numa doação ao Mosteiro de Lorvão<sup>36</sup>. Por esta referência, sabemos que, até à data, esta igreja do arrabalde coimbrão tinha a invocação de S. Cristóvão<sup>37</sup> (*Sancti Christofori*<sup>38</sup>). Depois do segundo período de ocupação islâmica de Coimbra, em 1109<sup>39</sup>, S. Bartolomeu foi novamente doada ao Mosteiro de Lorvão, pelo presbítero Ariano. E em 1116, considerando a importância de restaurar o referido cenóbio, o bispo de Coimbra D. Gonçalo entrega-o ao prior Eusébio, juntamente com um património considerável em que se inserem as igrejas de São Bartolomeu e de São Pedro de Coimbra, que se manteriam do padroado do referido mosteiro durante toda a Idade Média<sup>40</sup>. Nas últimas décadas do século XII, terá sido iniciada a reforma românica da igreja de São Bartolomeu<sup>41</sup>, que terminaria na alvorada da centúria seguinte, uma vez que, tal como regista o calendário obituário desta igreja, o monumento românico de S. Bartolomeu terá sido sagrado no dia 27 de julho de 1214<sup>42</sup>. É provável que uma comunidade eclesiástica se tenha instalado nesta igreja

<sup>34</sup> Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – Ócio e negócio em tempos medievais. Coimbra: INATEL, 1998.

<sup>35</sup> Ver HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita, I. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867, doc. LXXIV.

<sup>36</sup> Ver AUGUSTO, Octávio – *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa: origens, evolução urbanística e caraterização social*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2013. Dissertação de Mestrado, p. 35.

<sup>37</sup> Ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, p. 26.

<sup>38</sup> Ver HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Historica ...*, doc. LXXIV.

<sup>39</sup> Ver AZEVEDO, Rui Pinto de – *Documentos Medievais Portugueses: documentos particulares*, Vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, doc. 316.

<sup>40</sup> Ver COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 61 (1116 março 9).

<sup>41</sup> Jorge de Alarcão justifica estas datas com a inscrição do Obituário mencionada no texto e pela incidência de obras nas restantes igrejas de Coimbra, atribuindo as mesmas datas para as obras de Santiago, S. Cristóvão, S. Pedro, S. Salvador e S. João. Ver mais: ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”. *Conimbriga* 48 (2009), pp. 211-230, p. 216. Ver também AUGUSTO, Octávio – *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa...*, p. 37.

<sup>42</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 163 (fl.11 dia 27/07).

desde os inícios do século XII, assumindo uma organização institucionalmente mais definitiva durante a segunda metade desta centúria<sup>43</sup>. Sabemos que no dia 5 de dezembro de 1190, se regista a morte de Gonçalo Anes, que *fuit secundus prior istius ecclesie*<sup>44</sup> e, no dia 9 de janeiro, detetamos a inscrição da morte do *fundator istius ecclesiae*. Infelizmente, nesta última inscrição, não se menciona nem o nome nem o ano da morte do defunto<sup>45</sup>.

A igreja que hoje podemos ver não corresponde ao edifício românico que vimos a tratar, uma vez que, na segunda metade do século XVIII<sup>46</sup>, este foi demolido, erguendo-se, no mesmo local, o atual templo barroco<sup>47</sup> (Fig. 2). As escavações realizadas em 1977 e 1978 permitiram a reconstituição de parte da planta da igreja românica e mostraram que a igreja dos finais do século XII, cuja estrutura e dimensão corresponderiam à atual, estava orientada a oeste/sudoeste, enquanto a do século XVIII se encontra a norte/nordeste<sup>48</sup>. A inversão total do edifício poderá ter várias justificações: o estado ruinoso do templo referido nas memórias paroquiais de 1758<sup>49</sup>; a falta de apreço ao estilo românico<sup>50</sup>; a necessidade de fuga das inundações causadas pelas cheias do rio; a conveniência de orientar a igreja para a Praça entretanto aberta; ou a junção e articulação de todas estas justificações. Com efeito, a Praça foi progressivamente equipada e reordenada entre 1391 e 1442<sup>51</sup>, desempenhando a partir desse momento um papel central no urbanismo e na vida socioeconómica da cidade. Por exemplo, desde 1391, data da transferência da feira franca, promulgada por D. João I<sup>52</sup>, para o arrabalde, a praça assumiu uma posição dominante no quotidiano urbano e passou a revelar um tráfego intenso de “gentes” e mercadorias da cidade.

Fixada no topo Norte dessa mesma Praça, a igreja de Santiago terá sido fundada já no século XII, num templo preexistente dedicado a São Cucufate<sup>53</sup>. Com efeito, em

<sup>43</sup> A primeira referência a uma comunidade nesta igreja é de 1106 e refere uma *fraternitatis* e a primeira referência a um prior data de 1169. Ver mais: GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, pp. 29 e 30.

<sup>44</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 163 (fl.17v dia 5/12)

<sup>45</sup> Cristina Guardado menciona um prior chamado Egas que testemunha documentos do Mosteiro de Lorvão em 1169, contudo não podemos garantir que se trate do primeiro prior de S. Bartolomeu. Para saber mais ver, GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, p. 44.

<sup>46</sup> ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...” , p. 213.

<sup>47</sup> ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...” , pp. 224-225.

<sup>48</sup> ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...” , p. 213.

<sup>49</sup> CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique (eds.) – *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património. Portugal nas memórias paroquiais de 1758*. Braga: Minhografe - Artes Gráficas, 2011, p. 516.

<sup>50</sup> ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...” , p. 227.

<sup>51</sup> Data de edificação de um novo edifício de apoio à feira anual que se realizava desde 1391. Luísa Trindade apresenta um outro documento, datado de 1437, que refere a aprovação de demolição de uma casa na praça, facto que indicia o reordenamento do espaço da praça. Ver mais TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada...” , p. 131.

<sup>52</sup> TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada...” , p. 131.

<sup>53</sup> A mudança de orago neste templo compagina-se com a relevância que Coimbra vai assumir na



Fig. 2 – Fotografia atual da igreja de São Bartolomeu de Coimbra. © Mariana Barreira.

1116, a igreja de S. Cucufate, junto à Porta da Almedina, integrava o conjunto de bens entregues pelo bispo D. Gonçalo Pais ao Mosteiro do Lorvão<sup>54</sup>, mas em 1139 já é com a invocação de Santiago que a igreja e os seus paroquianos são referidos, no momento de delimitar a paróquia contígua de São João, adscrita à jurisdição dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que formavam a comunidade canonical recém-fundada no Mosteiro de Santa Cruz. Posicionado no eixo que, na Idade Média, decalcava a via romana que ligava Lisboa a Braga, a dedicação deste templo a Santiago marcava não só a devoção da cidade ao Apóstolo a quem a tradição recém construída imputava o apoio guerreiro à reconquista, como também a integração de Coimbra<sup>55</sup> nos itinerários da peregrinação jacobea, num momento em que esta região marcava a fronteira Sul do território Cristão.

Pela mesma altura em que se realizou a troca do orago, esta igreja terá sido entregue ao padroado do arcebispo de Compostela que aqui fazia reivindicar os seus direitos no final do século XII<sup>56</sup>, obrigando a uma composição com o prelado de Coimbra que, como noutras igrejas da sua cidade, fez salvaguardar o seu direito episcopal, nomeadamente o da recolha da terça pontifical. Por fim, interessa referir que, à semelhança do que aconteceu nas outras igrejas paroquiais, em Santiago documentamos a fixação de uma comunidade eclesiástica, a partir de 1188.

Pouco sabemos sobre a igreja primitiva. Já sobre o edifício românico que lhe terá sucedido, temos conhecimento de que a sagração ocorreu em 1206<sup>57</sup>. Hoje, a igreja de Santiago (**Fig. 3**) apresenta uma pretensa feição medieval, de facto, construída em meados do século XX, no âmbito de um programa levado a cabo por todo o país pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Mas ao longo dos séculos foram muitas as intervenções que sofreu e que lhe alteraram a estrutura. Muito sucintamente, diga-se que, em meados do século XVI, a Misericórdia de Coimbra instalou-se neste edifício, alteando e transformando significativamente a sua estrutura, como se pode ver na **Figura 4**. Por sua vez, na segunda metade dos séculos XIX, uma intervenção para o alargamento da Rua de Coruche obrigou à amputação (irreversível) da sua cabeceira (**Fig. 5**).

---

crescente peregrinação jacobea e com o sistemático abandono dos cultos de tradição moçárabe. Sobre este assunto, entre outros, veja-se ROSA, Maria Lurdes – “A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes de Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. *Formação e Limites da Cristandade*. Coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 433-440. <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13490>

<sup>54</sup> Ver COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Livro Preto...*, doc. 7 (1116).

<sup>55</sup> Sobre estes assuntos, ver GOMES, Saul António – “Coimbra e Santiago de Compostela...”, pp. 453–90; SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp.185-224.

<sup>56</sup> Ver COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Livro Preto...*, doc. 7 (1183).

<sup>57</sup> CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, António Nogueira – “Igreja-colegiada de Santiago”. In CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal: cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947, pp. 31-33.



Fig. 3 – Fotografia atual da igreja de Santiago de Coimbra. © Maria Amélia Campos.

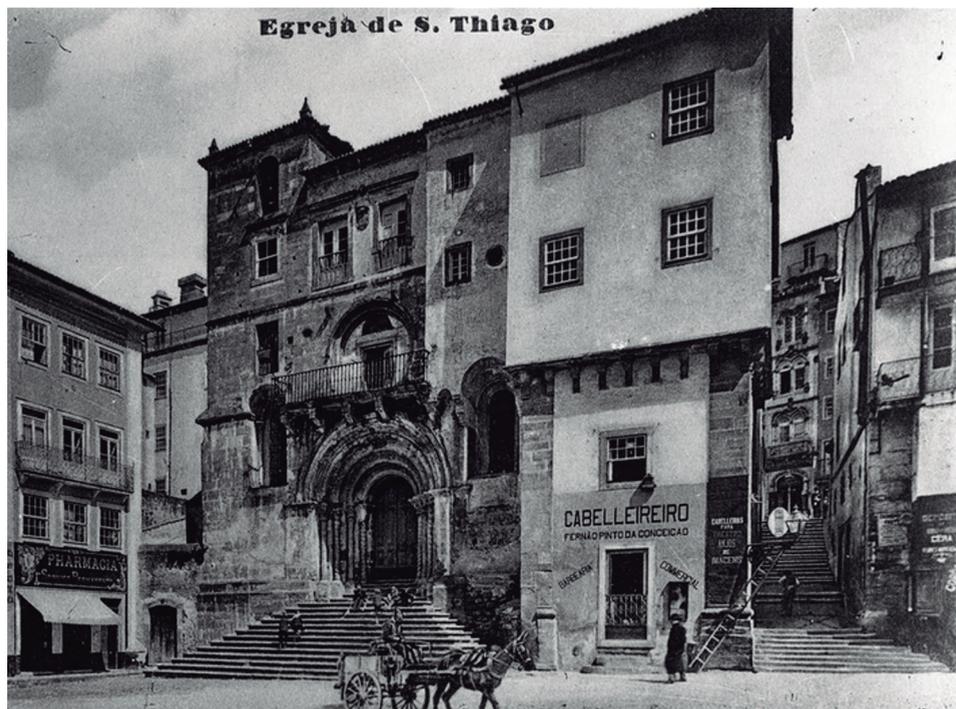


Fig. 4 – Recorte de um postal dos inícios do século XX.

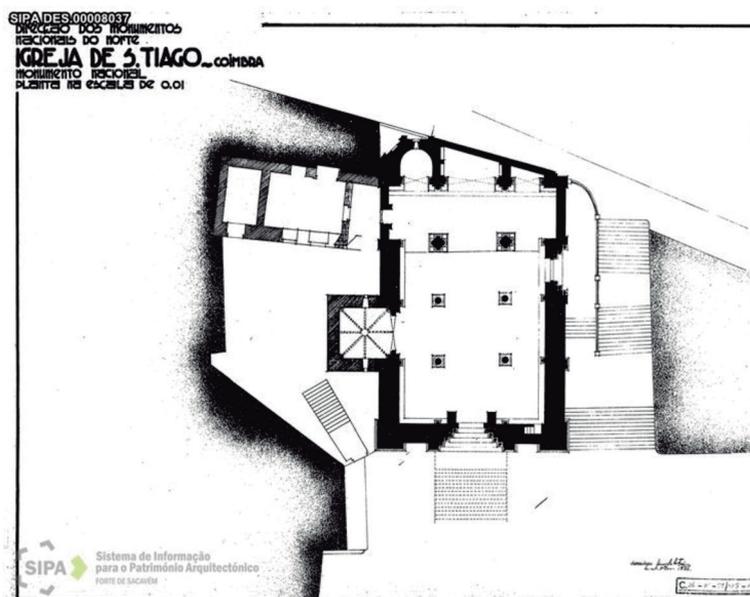


Fig. 5 – Planta da igreja de Santiago de Coimbra depois das obras da DGEMN. © DGPC, documento integrante do SIPA, disponibilizado no sítio [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

## 2. Caracterização das fontes necrológicas analisadas e seu contributo para o estudo da construção.

O estudo que aqui apresentamos assenta na análise de dois documentos específicos: o Calendário Obituário da Colegiada de São Bartolomeu e o Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago. Em ambos os casos estamos perante documentos estruturados num calendário, onde as cerimónias pelos defuntos são assentes nos dias em que devem ser oficiadas. Os dois manuscritos começaram a ser redigidos no século XIV e foram sendo completados e acrescentados até, pelo menos, ao século XVI. Num caso como noutro, também, percebemos o assento de cerimónias fundadas em período muito anterior ao início de produção de ambos os livros<sup>58</sup>.

### 2.1 Breve caracterização da estrutura e do conteúdo dos documentos.

O início de redação do primeiro<sup>59</sup> rondará o ano de 1337<sup>60</sup>. Este manuscrito constitui um exemplar raro, uma vez que o seu calendário é invulgarmente completo nos elementos que o compõem: computo eclesiástico, orientações rituais, informações astrológicas e meteorológicas, entre outros. Ao calendário segue-se o martirologio e, depois dele, assentaram-se os nomes das pessoas que morreram em cada dia e as cerimónias de comemoração instituídas pelos próprios – homens e mulheres mais ou menos relacionados com a igreja – ou pelos seus relativos, numa linha temporal de três séculos. Do que podemos datar, encontramos cerimónias de sufrágio fundadas por indivíduos passados entre 1174 e 1411<sup>61</sup>. Neste documento, a maioria das inscrições, depois de nomear o/a(s) defunto/a(s) a celebrar em cada um dos dias, informa-nos sobre quem instituiu as cerimónias e sobre o património legado à igreja para o pagamento anual das mesmas.

Por sua vez, o livro de aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra<sup>62</sup> assenta na estrutura de um calendário simples em que se inserem os doze meses do

<sup>58</sup> A propósito do estudo das datas das cerimónias fundadas no calendário de São Bartolomeu, ver CAMPOS, Maria Amélia – “La commémoration des défunts ecclésiastiques et laïcs dans la collégiale de São Bartolomeu de Coimbra (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)”. In CAMPOS, Maria Amélia; MASSONI, Anne (eds.) – *La vie communautaire et le service à la communauté: L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XI<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle)*. Évora: Cidehus, 2020. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.12163>. Veja-se também a importante síntese sobre a recuperação da memória dos defuntos, em contexto de instituições de clero secular em BARROCA, Mário Jorge – “Memória”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. 1. *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 431-438.

<sup>59</sup> Documento publicado por CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*

<sup>60</sup> A análise das inscrições atribuídas à mão de escrita mais antiga revela que o último óbito inscrito data de 1337, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 31.

<sup>61</sup> Ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 69.

<sup>62</sup> Documento parcialmente publicado por PEREIRA, Isaías da Rosa – *Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1978, foi publicado integralmente por SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 185-224.

ano e os diferentes dias, individualizados com as diferentes letras dominicais<sup>63</sup>. Pela análise do seu conteúdo, podemos encontrar indivíduos – homens e mulheres, leigos e eclesiásticos – que viveram nos séculos XIV, XV e XVI. A afinação mais detalhada desta cronologia está ainda dependente de um estudo mais aprofundado das suas inscrições. De um modo geral, estas inserem informações sobre os aniversários a celebrar em cada dia, indicando o nome dos indivíduos comemorados e o seu local de sepultura, o valor de pagamento de cada cerimónia e, muito raramente, uma identificação sumária dos bens que sustentavam cada uma destas celebrações.

Pelo que vimos dizendo se percebe que a inscrição das cerimónias de sufrágio, ao longo dos séculos nesta tipologia documental, estruturada em forma de calendário, faz estes documentos assemelharem-se a agendas perpétuas, onde várias camadas geracionais da paróquia, ou de alguma forma afetas a ela, têm assento. Nestes instrumentos, produzidos em contexto eclesiástico, com vista à administração da economia e do quotidiano religioso de ambas as igrejas, reforça-se o valor social inerente a qualquer calendário<sup>64</sup>. Apesar de cumprirem funções semelhantes, o teor de ambos os documentos é muito distinto e revela potencialidades diferentes para a análise que se pretende realizar neste texto. Se no Obituário se privilegia a inclusão de informações sobre a fundação das cerimónias e a descrição do património que lhes foi afeto, no Livro de Aniversários privilegia-se a indicação do local de sepultura de todos/as os/as defuntos/as a comemorar, incluindo, em muitos casos, a caracterização das campas onde estes se encontravam. Nos subcapítulos que se seguem, procuraremos apresentar de forma analítica e articulada a informação que ambos os documentos contêm sobre os elementos materiais das igrejas e respetivas paróquias.

## 2.2 Contributo do Obituário de São Bartolomeu para a análise da construção.

No caso de São Bartolomeu de Coimbra, das estruturas que, em articulação com a igreja, serviam a comunidade eclesiástica e o quotidiano paroquial identificámos o adro, o celeiro e o refeitório. O adro que referenciamos em diferentes inscrições do obituário, era um espaço onde se localizariam casas, fornos e tendas<sup>65</sup>. De acordo com

<sup>63</sup> Sobre as letras dominicais e os outros elementos do cômputo eclesiástico, ver, entre outros, GIRY, Arthur – *Manuel de diplomatique: diplômes et chartes-chronologie technique éléments critiques et parties constitutives de la teneur des chartes les chancelleries- les actes privés*. Genève: Slatkine Reprints, 1975.

<sup>64</sup> Veja-se o que sobre isto nos diz Jacques le Goff: “O calendário, objeto científico, é também um objeto cultural. Ligado a crenças, além de a observações astronômicas (as quais dependem mais das primeiras do que o contrário), e não obstante a laicização de muitas sociedades, ele é, manifestamente, um objeto religioso. Mas, enquanto organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana, o calendário é sobretudo um objeto social”. Ver mais: GOFF, Jacques le – “Calendários”. In GOFF, Jacques le – *História e Memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 485.

<sup>65</sup> CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p.93 (fl.2v 02/02), p.100 (fl.4 01/03), p.110 (fl.6 15/04), p.124 (fl.9 18/06), p.140 (fl.12v 29/08), p.141 (fl.13v 01/09), p.145 (fl.13v 18/09), p.149 (fl.14v 04/10), p.149 (fl.14v 05/10) p. 158 (fl.16v 12/11).

as escavações que referimos anteriormente, a sudeste do templo românico, localizar-se-ia o cemitério da igreja<sup>66</sup>, que hoje circunscreveria os adros de Cima e de Baixo<sup>67</sup>. Por sua vez, o celeiro e/ou adega é referenciado na inscrição do aniversário da morte de Afonso Martins, datada de 1314, uma vez que o financiamento deste sufrágio se fazia em troca das melhorias realizadas<sup>68</sup> no celeiro velho, ao redor de S. Bartolomeu. Por sua vez, no assento do óbito do arcediogo de Coimbra, João Vicente (c. 1227<sup>69</sup>), refere-se a doação de trinta libras que os beneficiados da colegiada usaram para construir um forno, um refeitório e umas casas no terreiro<sup>70</sup>. De 1210, conhecíamos já outra referência a um refeitório<sup>71</sup> que não podemos asseverar ser o mesmo. Estas seriam estruturas relevantes para o quotidiano comunitário da igreja, mas contrariamente ao que se regista na colegiada de Santa Justa de Coimbra<sup>72</sup>, em São Bartolomeu não há referência à casa do prior.

Num documento que, como dissemos, compila referências a doações realizadas durante quase três séculos, são expressivos os indícios sobre a transformação urbana da própria paróquia, como as fundações de aniversários por meio da doação de «casas novas»<sup>73</sup> ou da «*beneficentia das cassas*»<sup>74</sup>. Das nove referências de casas novas que inventariamos, reconhecemos a localização de apenas três, duas delas no adro de S. Bartolomeu, e a terceira «junto do Mondego»<sup>75</sup>. Destas transformações na malha urbana coimbrã, temos uma inscrição de destaque referente à morte de Dona Toda que deixa um quinhão do seu forno, que se encontra no adro da igreja, para que construam casas novas<sup>76</sup>. De facto, esta doação não está datada e apenas podemos aventar que seja anterior a 1337, data do último óbito assente pela mão que a escreve.

<sup>66</sup>ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: montagem...*, pp.148-149, o documento pode ser lido em GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, p. 11, doc.1.

<sup>67</sup>ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...” , p. 215.

<sup>68</sup>*Apoteci Veteri quae est prope predictam ecclesiam Sancti Bartholomey*. CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 117 (fl.7v dia 11/05).

<sup>69</sup>Datação aferida pela obra MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG; FCT, 2010, p. 238.

<sup>70</sup>CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p.160 (fl.17 dia 24/11). A saber que este Terreiro refere-se ao recinto atualmente dividido entre o Adro de Baixo, a parte que limita a igreja a poente, e o Adro de Cima que a limita a nascente. Para saber mais ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*, Tomo I. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 1960, pp. 16-17.

<sup>71</sup>GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, p. 12, doc.3.

<sup>72</sup>CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*, Vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012. Tese de Doutoramento, p. 193.

<sup>73</sup>CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p.92 (fl.2v dia 2), p.93 (fl.2v dia 2), p.96 (fl.3 dia 14), p. 105 (fl.5 dia 27), p. 107 (fl.5v dia 4), p. 122 (fl.8v dia 5), p.130 (fl.10v dia 13), p. 130 (fl.10v dia 16), p. 145 (fl.13v dia 18).

<sup>74</sup>CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, fólio 7 (p.116) e p. 118 (fl.7v dia 20): inscreve-se aqui um aniversário fundado em 1377.

<sup>75</sup>Podemos ler *Obiit Johannis Vincentii archidiaconus Colimbriensis que reliquid xxx libras quas expendimus ad faciendū furnum et in refectorium domorum de Terario*, em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de Campos – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 161 (fl. 17 dia 24).

<sup>76</sup>CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 93 (fl.2v, dia 2).

Todavia, parece-nos verosímil tratar-se de uma doação dos séculos XII ou XIII, pela tipologia do nome Toda e porque esta benfeitora nunca surge na documentação posterior. Esta proposta, porém, merece uma ulterior fundamentação. Seja como for, é extraordinária esta referência a um quinhão de um forno que foi transformado em casa, num território que, como já dissemos, revela desde cedo uma importante pressão demográfica. Já mais tarde, reconhecemos uma referência a casas novas, que remete para a primeira metade do século XIV<sup>77</sup>.

A aplicação de benfeitorias no casario ou no espaço urbano de S. Bartolomeu implicava a transformação da paisagem edificada. Sobre isto, o Obituário apresenta-nos duas fundações de aniversário<sup>78</sup>, em troca das benfeitorias realizadas numa casa. As benfeitorias pressupunham normalmente a execução de sobrados, janelas, portas, escadas, o revestimento de telhados e paredes<sup>79</sup>. Apesar de não sabermos a natureza das obras realizadas nestes casos específicos, acreditamos tratar-se da reedificação de uma grande parte do imóvel que tenha transformado profundamente a forma e estrutura do edifício, pois só assim se justificaria que fossem suficientes à manutenção de um aniversário. Num dos casos, sabemos que a fundação do aniversário data de 1377, no outro, por se tratar de uma celebração fundada por um raçoeiro de São Bartolomeu, que ocupou esse cargo entre 1375 e 1411, podemos datá-la de inícios do século XIV<sup>80</sup>.

A elaboração destas novas construções e benfeitorias na paisagem urbana da cidade medieval envolve um conjunto considerável de agentes. Contudo talvez pela sua condição social mais modesta, nem sempre nos é possível identificar esses transformadores da urbe<sup>81</sup>. Ainda assim, o obituário de S. Bartolomeu menciona dois carpinteiros<sup>82</sup>. Não temos como sustentar que estes tenham sido intervenientes

<sup>77</sup> Não temos elementos que nos permitam datar todas estas referências, mas no caso das «casas novas» doadas pelo prior João Afonso, podemos dizer com segurança que datam de período anterior a 28 de dezembro de 1348, dia em que conhecemos outro indivíduo nesse cargo GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, doc. 41.

<sup>78</sup> Podemos ler no fólho 7 (p. 116) «(...) pella alma de Gomez Eanes seu padre pella benfeitoria das cassas [...]» e, ainda, no fólho 7v (p. 118) «(...) aniversario por Stevam Anes do Alvorge pela bemfeitoria das casas (...)» para saber mais ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*

<sup>79</sup> MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do entre Douro e Minho”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coords.) – *História da Construção: os materiais*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 127-166, pp. 158-159.

<sup>80</sup> Entre 1391 e 1396, encontramos contratos de empraçamento que preveem a transformação de chãos em casas. Ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, pp. 194-198, doc. 114. Como já tem sido bem estudado, estas cláusulas de contratos a prever reedificações neste período revelam o esforço de fazer face à destruição causada pelas guerras e crises dos finais do século XIV.

<sup>81</sup> RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV a XVI)”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *História da Construção: os construtores*. Braga, CITCEM, 2011, pp. 99-128, p. 107.

<sup>82</sup> O primeiro carpinteiro de nome «Salvato» doa uma casa, o segundo chamado João Rodrigues doa uma casa e um morabitino anualmente. Ver mais: CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 100 (fl.4 dia 2/03), p. 153 (fl.15v dia 24/10).

nas obras mencionadas anteriormente, todavia consideramos que é uma hipótese razoável.

### 2.3. Contributo do Livro de Aniversários de Santiago para a análise da construção.

Nas breves inscrições correspondentes a cada um dos dias que compõem o Livro de Aniversários de Santiago, não é possível encontrar detalhes de como eram as casas edificadas ou os materiais, a mão de obra utilizada e mesmo a localização destas. E, apesar de os bens doados à igreja de Santiago serem sucintamente referidos, nem sempre os mesmos (casas, casais, olivais, pomares, etc.) diziam respeito a património imóvel dentro da paróquia. Sobre construções no interior da paróquia, informa-nos a inscrição correspondente ao dia 6 de fevereiro<sup>83</sup> em que se indicam «as casas que som junctas com a eigreja», cuja renda pagava o aniversário por alma de Guilherme de Saint-Géry, que apesar de identificado como deão de Coimbra na hora de redigir o seu testamento (1320)<sup>84</sup>, havia desempenhado funções de prior de Santiago nos inícios do século XIV<sup>85</sup>. Tal situação permite-nos questionar: seriam estas casas, aparentemente contíguas à igreja, aquilo que na vizinha paróquia de Santa Justa se chamava de Casas do Prior? Se sim, a sua atribuição para pagamento de um aniversário revela um processo de apropriação de uma estrutura originalmente pertencente à colegiada? Sabemos que o mesmo aconteceu em Santa Justa, pelo último quartel de Quatrocentos, mas só um estudo mais aprofundado da comunidade eclesiástica de Santiago nos permitirá um dia propor respostas para estas questões<sup>86</sup>.

Se são poucos os dados sobre a paisagem edificada da paróquia, já os que se referem à igreja são bastante numerosos. As informações acerca da localização das sepulturas dão-nos pistas relevantes sobre o interior da igreja e, em menor quantidade, sobre as suas imediações no exterior. Nestes casos, devemos referir as sepulturas localizadas nas portas da igreja que nos permitem identificar a porta do adro<sup>87</sup>, a porta da calçada<sup>88</sup> ou também referida como porta contra a calçada e a porta pequena

<sup>83</sup> SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p.200, fl. 4v.

<sup>84</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Lisboa: CEHR, 2010, p. 411, doc. 2.50. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/9789728361310>

<sup>85</sup> Reconhecemo-lo nessas funções em novembro de 1313: ver Lx, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, m. 8, sn (cota antiga 399 e 660).

<sup>86</sup> Sobre este assunto, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Um segredo mal guardado: o papel das sargentes na vida dos beneficiados de Santa Justa de Coimbra (séculos XIV e XV)”. In MEIRINHOS, José; ALCALDE, Celia López; REBALDE, João (eds.) – *Secrets and Discovery in the Middle Ages. Proceedings of the 5<sup>th</sup> European Congress of the Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales (Porto, 25<sup>th</sup> to 29<sup>th</sup> June 2013)*. Porto e Barcelona: FIDEM, 2017, pp. 187-197. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/45586>

<sup>87</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 214, fl. 21v.

<sup>88</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

do claustro<sup>89</sup> contra a estalagem<sup>90</sup>. Por fim, é mencionada a porta do pintor<sup>91</sup> que também dava acesso ao adro. Considerando que a porta do adro virava a Ocidente e a porta da calçada a Sul, julgamos que o claustro se localizaria a Norte e que, nessa direção, existiria também, pelo menos em algum período da cronologia visada, uma estalagem. No entanto, estas e as seguintes considerações sobre o edifício necessitam de confirmação por parte dos historiadores/as de Arte que acreditamos ser possível em investigações a realizar futuramente.

No que diz respeito ao interior da igreja, podemos atestar a existência de um coro<sup>92</sup>, que se alcançava por umas escadas<sup>93</sup>, um poial<sup>94</sup>, uma pia de água benta<sup>95</sup>, a meio da igreja, colocada sobre um esteio<sup>96</sup>, pelo menos duas capelas e cerca de doze altares. Para além do altar-mor, que consideramos ser o mesmo que o altar de Santiago<sup>97</sup>, reconhecemos os altares em honra dos santos: São Lourenço<sup>98</sup>, São Pedro<sup>99</sup>, Santo Urbano<sup>100</sup>, São Paulo<sup>101</sup> e São Tomás<sup>102</sup>. Depois, três altares em honra da virgem – Nossa Senhora do Pranto<sup>103</sup>, Santa Maria<sup>104</sup> e Santa Maria a Prenhe<sup>105</sup> – e de sua mãe, Nossa Senhora Santa Ana<sup>106</sup>. Por fim, existiria também um altar da Santíssima Trindade<sup>107</sup>, outro dos Reis Magos<sup>108</sup> e, por uma única vez, é referido um altar do presépio de Santa Maria<sup>109</sup>. É importante ressaltar que o Altar Mor da igreja se afigura como o mais ocupado por sepulturas. Quanto às capelas, identificamos uma capela em honra de Santo André<sup>110</sup> e outra mencionada como Capela de Afonso Domingues de Aveiro ou de Santo Ildefonso<sup>111</sup>.

<sup>89</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 200, fl. 4.

<sup>90</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 2v.

<sup>91</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 222, fl. 31v.

<sup>92</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

<sup>93</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 200, fl. 4v.

<sup>94</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 203 e 212, fls. 8 e 18.

<sup>95</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 196, fl. 1.

<sup>96</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 220, fl. 29v.

<sup>97</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 202, fl. 6v.

<sup>98</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 201, fl. 5.

<sup>99</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 219, fl. 28v.

<sup>100</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 206, fl. 12A.

<sup>101</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 3.

<sup>102</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 196, fl. 1.

<sup>103</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 3.

<sup>104</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 2.

<sup>105</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 200, fl. 5.

<sup>106</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 201, fl. 6.

<sup>107</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 196, fl. 1.

<sup>108</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 208, fl. 13v.

<sup>109</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 210, fl. 16.

<sup>110</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

<sup>111</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 2v. Julgamos tratar-se de Afonso Domingues de Aveiro, identificado em 1380, como prebendeiro do cabido da Sé de Coimbra, ver Lx, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, m. 20, n. 411 (1377-09-20); Lx, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra* m. 9, n. 174 (1380-08-12); e Lx, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.<sup>a</sup> incorporação, m. 76, n. 3093 (1380-02-10).

Dentro destes espaços sagrados, ocupados por muitos altares, capelas e outras estruturas necessárias ao ofício litúrgico, o Livro de Aniversários dá-nos a conhecer um grande conjunto de campas. Umam seriam campas rasas, certamente, que contrastavam com as sepulturas descritas como moimentos altos ou levantados<sup>112</sup> e as suas dimensões divergiriam também, uma vez que se identifica, pelo menos, uma campa ancha<sup>113</sup>. Para a sua elaboração, seriam usadas diferentes matérias-primas. Assim, quando se referem as campas e moimentos brancos<sup>114</sup>, deduzimos tratar-se de estruturas sepultais talhadas em calcário, eventualmente extraído nas pedreiras da região de Ançã<sup>115</sup>. Mas também se identificam campas pretas e sarrabulhentas<sup>116</sup>, decorresse esta designação do estado de conservação e limpeza da pedra ou das suas características naturais de origem.

Pelo que vimos explicando se percebe a enorme preocupação que a colegiada de Santiago de Coimbra dedicava à identificação precisa das sepulturas correspondentes aos fiéis que deveriam ser lembrados e comemorados em cada um dos dias. Para além da localização dentro dos espaços da igreja, da coloração, da configuração e das dimensões, estas construções eram identificadas pelos seus elementos decorativos, ornamentais ou mesmo heráldicos. Nestes casos, enunciamos muito simplesmente campas que são referenciadas por terem letras<sup>117</sup>, cruzes<sup>118</sup>, espadas<sup>119</sup> e flores<sup>120</sup>. Também sobre este aspecto, consideramos estar perante um campo de interpretação a explorar em futuras investigações.

Para além do altar-mor, das portas já enunciadas e do claustro, a pia de água benta era uma das referências mais utilizadas para identificar a localização das sepulturas. Como tem sido bem estudado desde, pelo menos, os estudos pioneiros de Philippe Ariès<sup>121</sup>, a localização das sepulturas no interior dos templos evidenciava não só diferentes registos de espiritualidade e religiosidade, como uma hierarquia social, económica e de influência dos defuntos lá inumados. A análise dessa hierarquia e a forma como a comunidade paroquial se fazia representar, depois da morte, fisicamente, no interior da sua igreja é um dos objetivos do projecto *COMMEMORTIS*<sup>122</sup>, agora em curso. No programa de trabalhos deste projeto, também se procurará fazer a comparação

<sup>112</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 196, 201 e 202, fls. 1, 6, 7.

<sup>113</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 211 e 214, fls. 17v, 21.

<sup>114</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 203; 208; 218, fls. 7v, 9, 13v, 28, 29, 31v.

<sup>115</sup> É muito conhecido e tem sido sobejamente estudado o uso da pedra de Ançã na escultura comimbricense do período medieval e moderno. Ver, entre outros, DIAS, Pedro – *A pedra de Ançã, a escultura de Coimbra e a sua difusão na Galiza*. Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1995.

<sup>116</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 200 e 202, fls. 4v, 6v.

<sup>117</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

<sup>118</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 196; 200; 220; 221, fls. 1, 4, 29v, 30.

<sup>119</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 198; 218; 219; 221, fls. 3, 28, 28v, 30.

<sup>120</sup> Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 196; 212, fls. 1, 18.

<sup>121</sup> Citamos, entre outros, pela antiguidade ARIÈS, Philippe – *L’homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977.

<sup>122</sup> Para mais informações, seja-nos permitido divulgar o respetivo sítio da internet e blogue <https://commemortis.wixsite.com/my-site>

destes dois casos de estudo como outros contextos paroquiais semelhantes, em Portugal e noutras geografias do ocidente europeu, que neste texto não pudemos ainda realizar.

### **Reflexões finais.**

No momento de concluir, há reflexões que nos merecem destaque. Sublinhe-se a evidência de que apesar de elaborados para cumprir um mesmo propósito, ambos os documentos analisados nos apresentam estruturas diferentes e âmbitos de conteúdo completamente distintos. Para São Bartolomeu, o obituário, mais preocupado com caracterizar o património afeto às respetivas celebrações, permite-nos apreender algumas características dos imóveis localizados na respetiva paróquia. E, neste caso, ao focarmos alguns processos de transformação do edificado, pudemos confirmar o labor construtivo que este território da cidade – junto à ponte e na margem norte do rio – terá sido alvo, nomeadamente nos séculos XII e XIII. Com efeito, nas inscrições mais antigas pudemos identificar a transformação de equipamentos como fornos, em casas de habitação. Já para um período posterior, entre meados do século XIV e os inícios do XV, detetamos referências à edificação de casas e à realização de benfeitorias.

Por sua vez, o Livro de Aniversários de Santiago fornece sobretudo informações sobre o interior da igreja, os elementos construtivos que a compunham e a estruturas litúrgicas e sepultais que nele se inseriam. Pela breve caracterização realizada, percebe-se a multiplicidade de equipamentos que, em articulação com o programa artístico e figurativo, veiculado pela arquitetura e escultura do edifício, concorriam para a doutrinação dos fiéis e enquadramento da sua espiritualidade. Assim, através de uma leitura do documento mais focada na caracterização formal das sepulturas aí identificadas, percebemos como esses mesmos fiéis participavam na definição do universo material, em que se faziam sepultar e onde faziam gravar depois da morte, de forma mais ou menos explícita, a memória da sua existência individual e familiar, bem como o exemplo da sua finitude.

Com este estudo, esperamos ter demonstrado a relevância desta tipologia documental para a compreensão dos ritmos de construção e de transformação da paisagem edificada da paróquia urbana medieval, bem como para a apreensão da materialidade que compunha os seus núcleos centrais, constituídos pelo edifício da igreja, o seu adro cemiterial e os túmulos dos paroquianos defuntos. Para além desse objetivo, acreditamos ter evidenciado a heterogeneidade dos dados que documentos normalmente inscritos na mesma categoria podem apresentar e como isso inviabiliza a aplicação de uma grelha de análise única e a realização de uma abordagem comparativa correspondente. Na verdade, aprofundar o conhecimento das diferenças de conteúdo das fontes necrológicas de produção medieval e a diversidade do seu conteúdo é um dos nossos objetivos de futuro que, nesta investigação, apenas pudemos aflorar.

